

### **EUA: Haverá uma geração do 11 de setembro?**

Se viessem a consolidar-se, no tempo, as decisões que tomaram após os ataques terroristas, os jovens universitários que viveram o 11 de setembro poderiam converter-se numa geração com mais preocupações sociais, apesar das discrepâncias políticas. Esta é a hipótese levantada por um estudo realizado por uma equipa de investigadores norte-americanos.

O maio de 1968 passou à história como uma dessas datas simbólicas que marcou uma geração. O mesmo movimento de ideias e atitudes sociais que animou as revoltas estudantis em Paris, serve para englobar os inúmeros jovens que se concentraram em São Francisco no verão de 1967 ou, dois anos depois, em Woodstock (Nova Iorque).

A revolta contracultural de maio de 68 marcou uma geração inteira (e certamente as seguintes) num sentido: estabeleceu novos padrões de comportamento, conseguindo legitimar condutas até então mal vistas.

Mas este movimento de emancipação não foi isento de contradições. Levando a um máximo a autonomia pessoal herdada dos anos 60 e 70, enfraqueceram-se os vínculos familiares e sociais.

Na ausência de um movimento social significativo, outro modo de definir uma geração (há outras formas) é a presença de um evento histórico que se repercute num conjunto de pessoas nascidas num determinado período de tempo.

Neste sentido, poderá o 11 de setembro dar nome a toda uma geração? E, nesse caso, como são os jovens que a compõem? Isso foi o que se propôs analisar uma equipa de investigadores norte-americanos, que foi coordenada por Patricia Somers, da Universidade do Texas.

Embora existam diversas definições da “geração do 11-S”, o estudo (“In Search of Generation 9/11”), entende por tal, os jovens que estavam a estudar na universidade durante os atentados do 11 de setembro de 2001.

Baseia-se em entrevistas, realizadas a partir de 2004, onde os estudantes tinham de centrar a sua atenção no que experimentaram entre o 11-S e os seis meses seguintes. As conclusões foram agrupadas em torno de dois blocos: os

efeitos imediatos depois dos atentados e os efeitos que se notam mais tarde.

Uma primeira conclusão a que chega o estudo, é que o patriotismo dos universitários entrevistados – sobretudo, entre os de níveis socioeconómicos elevados – foi mais intelectual do que emotivo. As bandeiras na rua conviveram com a convicção de estar a partilhar metas comuns com os restantes norte-americanos.

Paradoxalmente, também houve entre bastantes estudantes uma atitude crítica para com os meios de comunicação e o governo norte-americanos. Contra os primeiros, porque de início apontavam culpados quando ainda não era claro quem o era; contra o segundo, pela decisão de entrar em guerra.

Outro efeito que deixou o 11-S em muitos estudantes, foi a decisão de fazer mais pelos problemas do seu tempo. 47% declararam que os atentados lhes tinham servido para se interessarem pela primeira vez pela política internacional; 35% disseram que os ataques os haviam levado a encarar mais a sério as suas convicções políticas; 32% declararam que se tinham comprometido com alguma atividade cívica; 20% mudaram de rumo devido ao 11-S, pensando no que seria o melhor para o país...

Mas a grande pergunta continua de pé. Existe uma geração do 11-S? O tempo o dirá. Atualmente, os autores preferem falar de “momentos 11-S”. O primeiro, aquele que se seguiu imediatamente aos atentados, foi o da “compaixão”. E o segundo, o da “ação política”: essa que levou os jovens nos meses seguintes a envolverem-se mais na melhoria da sociedade.

Na medida em que este tipo de ações se vá continuando a forjar e a prolongar ao longo do tempo, nessa altura sim, poder-se-á vir a falar da existência concreta do que se denominaria uma “geração cívica”.

J.M.

### **Quando a floresta não nos deixa ver a árvore**

São cada vez mais as famílias norte-americanas que têm sérias dificuldades para desenhar a sua árvore genealógica. As possibilidades que oferecem a inseminação artificial e as

barrigas de aluguer são tantas que, às vezes, pode vir a ser bastante complicado colocar os membros da família no lugar da árvore genealógica que lhes cabe.

É o que acontece com a pequena Mallory Ashmore e o seu “oficialmente” primo Jamison Williams. Embora, de facto, sejam meios-irmãos, pois que a mãe de Jamison gerou Mallory com o sêmen de um doador anónimo, tendo a menina sido adotada por sua irmã que, por sua vez, não podia ter filhos. Isto é, a pequena é filha “natural” da sua tia e sobrinha da sua mãe adotiva, além de irmã do seu primo. Qual é o seu sítio na árvore genealógica, interroga-se a jornalista do “The New York Times”, Laura M. Holson. As coisas agora são bastante complicadas: parece que a floresta que criámos, não nos deixa ver a árvore genealógica onde situar os membros da nossa família.

Tão emaranhados estão os seus ramos, que podemos deparar com um mesmo foco a levar-nos para diferentes troncos. Caminhámos tão depressa na corrida da fecundação assistida, que pusemos em crise o “modelo árvore”. Dadas as circunstâncias, seria melhor talvez desenhar árvores genealógicas tridimensionais, ou substituí-las por redes complexas, em que tudo está inter-relacionado. Poderia ser que estivéssemos a gerar um protótipo social que nos permitisse procurar a origem não na vertical, mas na horizontal, de modo que os ramos pudessem sobreviver, embora cortemos o tronco. Porque a verdade é que parece ser para onde vamos. De qualquer modo, os genealogistas acham isso difícil.

Mas acham-no ainda mais os próprios protagonistas. O menino Jamison trata Mallory como sua irmã, mas na escola é sua prima. Isto não só gera perplexidade, como também, de uma forma inesperada, dor, como salientou Peggy Gillespie, uma das fundadoras do “Family Diversity Projects”.

Alguns casais optaram por desenhar duas árvores diferentes: uma biológica e outra emocional e apresentar isso aos seus filhos como se o dualismo fosse algo natural. Ou simplesmente prescindiram da genealogia. Talvez pensem que, quando algo não se pode desenhar, é complicado de explicar. Para uma criança costuma ser assim.

Resta-nos a esperança de que não é mãe ou pai quem gera, se apenas fizer isso; sê-lo-á, sim, quem educa, pois educar é uma forma de gerar no amor.

C. G. e P. G.

## **Proposta no Parlamento francês sobre a laicidade**

Preocupados com fenómenos que põem em causa o princípio da laicidade, dois deputados franceses levaram à Assembleia Nacional desse país, um projeto de resolução para reforçar a aplicação desse princípio.

O texto dos deputados Jean-François Copé – secretário-geral da UMP, o partido do ex-Presidente da República Nicolas Sarkozy – e Christian Jacob, sobre o respeito pelos princípios de laicidade e de liberdade religiosa, é mais doutrinal que prático.

Reitera muitas coisas óbvias. Certamente, a laicidade é fundamento do pacto republicano, da identidade da França, definida no artigo primeiro da sua Constituição, de 4 de outubro de 1958, como “uma república indivisível, laica, democrática e social”. Entre os fundamentos evocados pela UMP, não falta a citação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789, que estabelece no seu artigo 10: “ninguém poderá ser incomodado devido às suas opiniões, inclusivamente religiosas, desde que a sua manifestação não venha a perturbar a ordem pública”.

Como muito menos a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia, entrada em vigor no ano de 2009, que estipula no seu artigo 10: “qualquer pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicções, assim como a liberdade de manifestar a sua religião ou as suas convicções individual ou coletivamente, em público ou em privado, através do culto, do ensino, das práticas e da observação dos ritos”.

Com a quase mítica lei de 9 de dezembro de 1905, estabeleceu-se em França formalmente a neutralidade do Estado em matéria de religião, com a distinção das esferas política e religiosa, e a consequente separação da Igreja e do Estado. Embora, na altura, a inspiração tenha sido mais laicista e de luta contra a Igreja Católica, hoje pode dizer-se, como recorda a exposição de motivos desta proposta da UMP, que o princípio de laicidade “não é a negação das religiões ou o combate contra elas”. O Estado laico garante a liberdade das consciências e a liberdade de culto, respeitando as crenças de cada cidadão.

Tratar-se-ia, como disse Nicolas Sarkozy, de uma “laicidade positiva”, embora – em determinados aspetos – haja a impressão de que o atual debate desemboca em limitações para a prática externa da religião muçulmana, a segunda em França na sequência da forte imigração de países do norte de África.

À comunidade islâmica refere-se implicitamente o documento quando menciona que, nos últimos anos, surgiram problemas que negam valores essenciais da República a partir de motivações religiosas. No fundo, pretender-se-ia que as regras de uma religião ou de uma comunidade prevalecessem sobre as leis do Estado. Especialmente, quando o protesto contra o princípio da laicidade provém de extremistas, que instrumentalizam a religião com fins políticos, em detrimento dos crentes, que seriam as primeiras vítimas dessas manobras.

Mas o projeto de resolução mal avança com medidas práticas. Como de costume, considera necessário que a pedagogia da laicidade seja tida mais em conta no âmbito da educação

nacional. Todavia, no plano estritamente jurídico, adianta apenas que se desenvolva um “código da laicidade e da liberdade religiosa”, para assegurar a vigência dos princípios. Isso porque alguns comportamentos, a coberto da liberdade e do pluralismo, condicionariam a sobrevivência do específico modelo republicano francês e fragilizariam o conjunto da comunidade nacional. Aceitar exceções por razões comunitárias – afirma-se – afetaria negativamente o funcionamento dos serviços públicos.

Não é claro se o objetivo da UMP – além da motivação política de fundo, devido à atuação de Marine Le Pen, a ex-candidata da Frente Nacional às presidenciais – é redigir um texto refundido das disposições em vigor, atualizadas.

Alude-se à necessidade de clarificar as normas do financiamento da construção e manutenção de lugares de culto, segundo a lei de 1905. Reitera que, fora de eventos tradicionais, não se admitem atos de culto na rua que alterem a ordem pública. Mas deveria melhorar o cumprimento das últimas vontades das pessoas, para que os defuntos se enterrem de acordo com os seus desejos. Também se poderiam rever as disposições relativas ao sacrifício ritual de animais destinados ao consumo.

De acordo com uma sentença recente, o dever de neutralidade dos funcionários públicos ampliar-se-ia a pessoas associadas a uma missão de serviço público, por exemplo, no ensino e na saúde. Também haveria que precisar as obrigações de serviço público de radiodifusão, que contribui para a liberdade religiosa ao permitir a pessoas deficientes ou dependentes praticarem o seu culto.

Nessa perspetiva global, acha desejável que, nas empresas, se possa impor certa neutralidade em matéria religiosa, e, se necessário, regulamentar práticas e modos de vestir que poderiam afetar uma convivência harmoniosa. Mas não parece compatível com a liberdade empresarial, e outros direitos cobertos pela Constituição.

Nada se diz sobre outros temas, como trabalho dominical, ou presença pública de comemorações religiosas diferentes das católicas (o relatório da Comissão Stasi de 2003, defendia tornar feriados o Yom Kippur dos judeus e o Aïd el -Kebir dos muçulmanos). Como tão-pouco sobre a representação das confissões religiosas perante as autoridades civis.

Segundo o “La Croix”, os deputados socialistas são críticos desta proposta da UMP. Acham que se deve insistir mais na liberdade de consciência – “a liberdade de acreditar ou de não acreditar”, segundo Jean Glavany. Por outro lado, não acham necessário o “código da laicidade e da liberdade religiosa”, que poderia questionar a lei de 1905.

## “Contra el rebaño digital”

### You're not a gadget: A manifesto

Autor: Jaron Lanier

Debate. Barcelona (2011).  
255 págs.

Tradução (para castelhano):

Ignacio Gómez Calvo.

Nos últimos anos, abunda a literatura que analisa os efeitos sociais e culturais da chamada realidade virtual. O pai dessa noção chama-se Jaron Lanier (Nova Iorque, 1960) e o seu ensaio “Contra el rebaño digital” é um dos mais sugestivos geradores de debate nos, já de si, animados fóruns que analisam a revolução digital.

Lanier desenvolve o argumento de base da sua obra a partir de uma simples afirmação: o importante de uma tecnologia é como muda as pessoas. Quem faz esta interrogação é o inspirador do mundo virtual “Second Life”, aquele mundo falhado onde habitaram os primeiros avatares virtuais de seres humanos.

Está há diversos anos envolvido na criação de gadgets digitais. Por isso, é tão interessante que um autor assim se decida a fazer uma inquirição humanista da criação tecnológica. Reconhece pertencer a esse pequeno grupo de engenheiros que, por vezes de modo um tanto irrefletido, mexem com aparelhos capazes de moldar “o futuro da experiência humana a uma velocidade incrível”. E faz uma proposta concreta: “antes de se desenharem essas manipulações diretas, programadores e utentes deveriam manter uma discussão crucial sobre como construir uma relação humana com a tecnologia”. É sobre essas discussões que se debruça o livro.

Nos primeiros capítulos, Lanier mostra com clareza como nada neste mundo digital é culturalmente gratuito. Desenhar de um modo ou de outro uma tecnologia que, em pouco tempo, passará para as globais e acolhedoras mãos da sociedade, moldeia a cultura.

Quando se implanta, produz-se a ancoragem (brilhante expressão de Lanier) e fica fixado um *modus operandi* capaz, com o tempo, de configurar a sociedade.

Sirva para ilustrar este exemplo, o mais arcaico dos que Lanier utiliza. Estamos nos anos 80, quando um tal Dave Smith, desenhador de sintetizadores musicais, inventa sem lhe dar demasiada importância – “a brincar”-, um sistema de padrões digitais para representar as notas musicais. O MIDI – assim se chamava - não tinha de se preocupar com todas as variedades

da expressão musical: bastaria o necessário para dispor de uma paleta maior de sons, enquanto se tocava um único teclado. Hoje, o MIDI está nos telefones e em mil aparelhos mais. Grande parte da música popular criada, e do som que nos rodeia – música de ambiente, sinais sonoros, sinais de toque, despertadores – concebe-se em MIDI.

Jaron Lanier receia que o que se passou com os arquivos ou com as notas musicais, aconteça com a definição do ser humano. Não é – *laus Deo* - um profeta do apocalipse digital, mas apela à reflexão criativa, talvez reformadora – defende que ainda estamos a tempo de golpes de volante –, mas antes de tudo otimista. Por isso, advoga uma presença maior do humanismo nos círculos da criação tecnológica. De um humanismo que se interroga, com perguntas sobre o que queremos que seja o homem.

M. A. S. N.

